

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1008641-86.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - Anulação de Débito Fiscal**
 Impetrante: **Transportadora Jule Ltda**
 Impetrado: **Procurador Chefe da Procuradoria Regional de São Carlos - Sp e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

TRANSPORTADORA JULE LTDA impetra mandado de segurança contra PROCURADOR CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DE SÃO CARLOS. Sustenta que foi inscrita na dívida ativa, entretanto os juros moratórios aplicados são superiores à SELIC, o que é inconstitucional, postulando, ao fim, a concessão da segurança para a anulação das inscrições já efetivadas e inscrição nova com a exclusão dos juros moratórios indevidos.

Liminar às fls. 196/197, suspendendo a exigibilidade desde que a impetrante, com o recálculo do débito pela fazenda estadual, deposite em juízo o valor correspondente.

A fazenda estadual informou o débito, recalculado, às fls. 209/210.

Informações às fls. 241/271, alegando-se ilegitimidade passiva, pedido genérico, ausência de interesse processual. No mérito, a correção dos juros aplicados.

O Ministério Público declinou de sua intervenção.

É o relatório.

A autoridade impetrada é parte legítima para figurar no pólo passivo do mandamus, vez que responsável pela inscrição em dívida ativa, com poderes de recalcular o débito e retificar a inscrição no que tange ao encargo em debate nos autos. Aliás, o art. 8º do Decreto Estadual nº 61.141/2015, que dispõe sobre a Dívida Ativa do Estado, estabelece que "após a inscrição em Dívida Ativa, qualquer requerimento relativo à alteração do valor inscrito ou à causa suspensiva da exigibilidade do crédito fiscal deverá ser endereçado à Procuradoria Geral do Estado."

O pedido não é genérico, e sim específico. Postula-se o cancelamento das inscrições efetivadas, e, em seu lugar, novas inscrições com a limitação dos juros à Selic, cancelando-se protestos, inclusão em CADIN e negativas com origem nas inscrições indevidas.

Há interesse processual, pois há conflito de interesses e o mandado de segurança é veículo adequado à pretensão veiculada.

Ingressa-se no mérito.

O Órgão Especial do TJSP, em 27.02.13, acolheu em parte a Arguição de Inconstitucionalidade nº 0170909-61.2012.8.26.0000, relativa aos arts. 85 e 96 da Lei Estadual n. 6374/89 com a redação da Lei Estadual n. 13.918/09, à vista da decisão de 14.04.10 do STF na ADI n. 442/SP (no sentido de que a regra do art. 113 da Lei Estadual n. 6374/89 deve ser interpretada de modo a que a UFESP não exceda o valor do índice de correção monetária dos tributos federais).

Trata-se de interpretação conforme a CF, importando na impossibilidade de o Estado estabelecer encargos sobre seus créditos fiscais superiores aos da União Federal quanto a seus créditos, por tratar-se competência concorrente (art. 24, I e § 2º da CF).

Síntese: a taxa de juros moratórios estadual não pode exceder aquela incidente na cobrança das dívidas federais. Hoje, a taxa que incide nas dívidas federais é a SELIC, sendo esta, então, o limite.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Impõe-se, pois, o recálculo do valor devido e que os atos de cobrança passem a observar o índice de juros moratórios impostos na presente sentença. Há a anulação apenas parcial da inscrição em dívida atividade, que deverá ser rerratificada, com a alteração no ponto específico.

A suspensão da exigibilidade fica mantida, mas será revogada se, em 10 dias, a impetrante não depositar o montante já calculado em conformidade com a liminar, conforme fls. 272/273.

Ante o exposto, confirmada a aliminar, concedo em parte a segurança para (a) anular parcialmente as inscrições em dívida ativa referidas na inicial, tão-somente no que toca ao índice dos juros moratórios (b) determinar a rerratificação das inscrições e o recálculo do valor devido, limitando-se o índice dos juros moratórios à taxa de juros moratórios utilizada pela União Federal na cobrança de seus créditos.

Recurso não terá efeito suspensivo.

Sem honorários, no *writ*.

Prazo de 10 dias para a impetrante depositar em juízo o montante informado às fls. 272/273, pena de revogação da liminar, sem prejuízo da ordem concedida.

P.R.I.

São Carlos, 26 de fevereiro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**